

CONVITE

PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO

LOCAÇÃO DE FILMES EM FORMATO DIGITAL, 2D E 3D, PARA A PROGRAMAÇÃO DE CINEMA NO CINETEATRO ANADIA

(Nos termos do Código dos Contratos Públicos – CCP, Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação)

INDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONSULTA DO PROCESSO
3. DECISÃO DE CONTRATAR
4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO
5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS
6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA
7. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES
9. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DEMAIS DOCUMENTOS
10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
11. AUDIÊNCIA PRÉVIA
12. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA
13. CAUÇÃO
14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
15. DESPESAS E ENCARGOS
16. PROTEÇÃO DADOS
17. PREVALÊNCIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
18. ANEXOS

No uso da competência estabelecida na alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-lei n.º 197/99 de 08 de Junho e nos termos do artigo 115º e na alínea d) do nº 1 do artigo 20º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação e ainda pelo disposto na Portaria 372/2017, de 14 de Dezembro, V. Ex.^a é convidado a apresentar proposta para a prestação de serviços, enunciada no caderno de encargos e nas seguintes condições:

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

O presente Procedimento rege-se pelo estabelecido no Código dos Contratos Públicos Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, designado por CCP, e tem como objeto a locação de filmes em formato digital, 2D e 3D, para a programação de cinema no Cineteatro Anadia, de acordo com as especificações descritas no caderno de encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONSULTA DO PROCESSO

- 2.1.** A entidade pública contratante é o Município de Anadia, NIF 501294163, com sede no Largo do Município, 3780-215 ANADIA, com o telefone geral 231510730 e correio eletrónico: geral@cm-anadia.pt
- 2.2.** Os documentos que constituem o processo de concurso, convite e caderno de encargos, encontram-se na Seção de Contratação Pública de Bens e Serviços, sito no Edifício dos Paços do Município, localizado no endereço indicado em 2.1. e encontram-se disponíveis para consulta no horário de expediente (08h30 às 12h30 e 14h00 às 17h00), desde a data do envio do convite até ao dia da entrega das propostas.
- 2.3.** O presente procedimento estará integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Anadia, ACINGOV – SCIN ICLOUD SOLUTIONS LDA com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acin.pt> - - nº 1, artigo 62º do CCP.

3. DECISÃO DE CONTRATAR

- 3.1.** A decisão de contratar e de autorização da despesa é da competência da Presidente da Câmara Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) e alínea g), do nº 1 do artigo 35º

do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 18.º, n.º 1, alínea a) do D.L. 197/99, de 08 de junho, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 36º, do D.L. 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e pelo disposto na Portaria 372/2017, de 14 de Dezembro, que também aprova os documentos que constituem o Processo de Concurso, convite e caderno de encargos, conforme se encontra disposto no artigo 40º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos e na já referida alínea f) do nº1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de Setembro

4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A escolha deste procedimento de ajuste direto é fundamentada com base e ao abrigo do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 20º do CCP - alínea c) nº 1, artigo 115º do CCP.

5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

- 5.1.** Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento sobre quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas em concurso e a lista de “ERROS E OMISSÕES” das peças do procedimento detetados pelo concorrente devem ser apresentados, na referida plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, à entidade pública contratante referida no número 2.1 e dirigidos ao órgão competente para a decisão de contratar, indicado no ponto 3.1, do presente convite- nº 1 e nº 3 do artigo 50º do CCP.
- 5.2.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento sobre quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas em concurso são da competência dos serviços da Divisão de Cultura e Turismo, conforme despacho da senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, datado de 10 de janeiro de 2025 e serão dados, também por meio eletrónico, na referida plataforma eletrónica, até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação das propostas - artigo 109º, artigo 116º e alínea a) do nº 5 do artigo 50º, todos do CCP.
- 5.3.** Os esclarecimentos e as retificações devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica referida no ponto 2.3 e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo o interessado ser notificado desse facto - nº 8, do artigo 50º do CCP.

6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

6.1. A proposta manifesta a vontade de o concorrente contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo e com base no disposto no artigo 57º do Código dos Contratos Públicos (CCP) deverá ser instruída pelos seguintes documentos:

6.1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do “ANEXO I” ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme se encontra disposto no n.º 1 e no n.º 4 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

6.1.2. Certidão Permanente atualizada.

6.1.3. Proposta Documental, que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência, conforme se encontra disposto na alínea b), do n.º 1, do art.º 57.º do CCP, contenha os atributos da proposta, respeitando sempre o exigido no caderno de encargos:

6.1.3.1 Preço unitário, por filme a ser exibido, no máximo duas vezes por semana;

6.1.3.1 Preço global da proposta. O valor global da proposta, deverá ser expresso em algarismos e por extenso, não inclui o IVA, devendo indicar qual a taxa legal aplicável, e em caso de isenção indicar a base legal da isenção (CIVA);

6.2. Todos os preços constantes das propostas deverão ser apresentados até duas casas decimais.

6.3. As propostas e os documentos que as constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa - n.º 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6.4. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

6.5. Os documentos que acompanham a proposta devem ser assinados pelas entidades que os emitem.

6.6 Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica

qualificada, conforme se encontra disposto no artigo 54º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.

6.7 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (procuração) – nº 7 do artigo 54º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.

6.8 Se o certificado qualificado da assinatura eletrónica for emitido em nome duma pessoa coletiva já não será necessário submeter ou juntar à plataforma o documento referenciado no ponto anterior.

7. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos da proposta deverão ser entregues na plataforma eletrónica anteriormente mencionada, até às 18 horas do 5º (quinto) dia contados a partir da data de envio do convite para a plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Anadia, ACINGOV – SCIN ICLOUD SOLUTIONS LDA com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acin.pt> – Alínea f) do nº 1 do artigo 115º do CCP.

8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não são aceites propostas variantes nem propostas que envolvam alterações de cláusulas do caderno de encargos ou do convite - nº 2 do artigo 59º do CCP.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DEMAIS DOCUMENTOS

A proposta, bem como todos os documentos solicitados serão apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Anadia, ACINGOV – SCIN ICLOUD SOLUTIONS LDA com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.acin.pt> – nº 1 do artigo 62º do CCP ou no caso de a mesma se encontrar indisponível, através dos meios de transmissão escrita e eletrónica de dados enunciados no ponto 2. deste convite - alínea g) do nº 1 do artigo 115º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, na sua atual redação.

10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta, por um prazo de 66 dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas - artigo 65º

do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

11. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Os serviços da Divisão de Cultura e Turismo, elaborarão um projeto da decisão de adjudicação que submeterão ao Órgão competente para a decisão de contratar - n.º 1 do artigo 125º, não havendo lugar à fase da negociação e da audiência prévia escrita do concorrente, nos termos do n.º 2 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação, podendo no entanto o concorrente ser convidado, nos termos do já referido n.º 2 do artigo 125º do CCP, a melhorar a proposta apresentada.

12. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta apresentada não será objeto de negociação - n.º 2 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos, CCP.

13. CAUÇÃO

Não será exigida a prestação de caução com base no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, CCP.

14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Ao adjudicatário, com base no descrito na alínea j) do artigo 115º do Código dos Contratos Públicos (CCP) será concedido o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da notificação da decisão de adjudicação, para, nos termos artigo 81º do referido Código (CCP) e do artigo 2º da portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, fazer a apresentação dos seguintes documentos de habilitação:

14.1.1 Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do “ANEXO II” ao Código dos Contratos Públicos (CCP);

14.1.2 Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP (certificados de registo criminal da pessoa coletiva, certificados de registo criminal dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, certidão comprovativa da situação regularizada com a Segurança Social e certidão comprovativa da situação regularizada com o Estado Português relativamente a impostos-Finanças);

14.1.3 Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo;

14.2. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação descritos no ponto anterior e referidos no artigo 81º do CCP, através da plataforma eletrónica referenciada no ponto 2.3 deste convite e utilizada pelo Município de Anadia, ou no caso de a mesma se encontrar indisponível, através dos meios de transmissão escrita e eletrónica de dados enunciados no ponto 2.1 deste convite com exclusão de qualquer outro - nº 1 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

14.3. Todos os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa - nº 1 do artigo 4º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

14.4. O adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sitio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sitio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa - nº 2 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

14.5. Poderá ainda o adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para consulta da informação relativa a qualquer destes documentos - nº 3 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

14.6. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados que determine a caducidade da adjudicação nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, será:

14.6.1 Concedido um prazo de 3 (três) dias para, no âmbito da audiência prévia, o concorrente se pronunciar, por escrito, relativamente às irregularidades detetadas - nº 2 do artigo 86º;

14.6.2 Caso as irregularidades verificadas se devam a facto não imputável ao adjudicatário, será concedido um prazo de 3 (três) dias, para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação - nº 3 do artigo 86º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

15. DESPESAS E ENCARGOS

São da responsabilidade do adjudicatário as despesas e os encargos inerentes à elaboração da proposta, assim como todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja atribuída ao Município de Anadia.

16. PROTEÇÃO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do contrato associado ao presente procedimento

17. PREVALÊNCIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Nos termos do artigo 51.º do CCP, em tudo o que não estiver expresso neste convite e em caso de contradição do mesmo com as normas do Código dos Contratos Públicos (CCP), prevalecerá sempre o disposto no Código da Contratação Pública (CCP) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e pelo disposto na Portaria 372/2017, de 14 de Dezembro e da Lei nº 96/2015 de 17 de Agosto.

18.ANEXOS

ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º